

PROPOSTA
SOBRE
NORMALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

ELABORADA POR ALEXANDRE BANHOS

E APROVADA POLA DIRECÇOM NACIONAL DA
FEDERAÇOM SINDICAL DA CIG-ADMOM. PÚBLICA

E QUE ESTA

(COMO SUGESTOM E TEMA DE ESTUDO)

ENTREGOU

À

DIRECÇOM GERAL DE POLÍTICA LINGUÍSTICA

Compostela Fevereiro do 2001

LIMIAR

O galego desde que se começa a escrever por primeira vez como língua normal no 1170, e o adopta a diocese de Tui ao redor do 1200, como a língua da sua documentaçom, passa a ser a língua normal de funcionamento de todo tipo de actos na Galiza em convívio com o latim.

Pode-se dizer que há dous grandes períodos no galego medieval, desde a sua implantaçom administrativa até o tratado de 1411 e desde este ano, até o ano de 1514¹ no que se lhe dá um golpe de graça ao galego como língua das relações administrativas e civis dos seus habitantes, com um “ukase”² dos reis católicos que regulou os documentos de tabeliães (notários), e os trabalhos dos escrivãos, em definitiva, a formaçom dos empregados públicos naquela altura³. O que levou na história da nossa administraçom ao prático desaparecimento na mesma dos funcionários de origem galega⁴.

A GALIZA FICA SEM CLASSE DOMINANTE PRÓPRIA

O intre no que desaparecia o galego da documentaçom privada e pública, levava parelho o facto da externalizaçom⁵ da nobreza fora do reino. A classe dominante na Galiza era a nobreza, que ademais trás a derrota dos irmandinhos emergia sem sombras sobre ela (ainda que profundamente debilitada na sua economia), pois no entanto, só ficavam farelos espargidos da que fora umha nascente e pujante burguesia. E essa classe dominante que era a geradora de pautas de conduta naquela altura, e a que criava os modelos da procura cultural; desaparecida do país, nom é substituída por ninguém; pois o outro sector culturalmente importante e sobretudo, socializador dos conteúdos ideológicos e culturais, a igreja, foi castelhanizado a ferro...bispos, abades, e cargos relevantes foram sempre desde aquela de Castela (ex.: Compostela, desde o 1500 só tive dous bispos galegos e os dous foram-no no século XX⁶), e assim o resto... Si a isto lhe

¹ - A partir de esta data ninguém a Galiza pode exercer o posto de escrivão ou notário de nom ser da escola de Toledo.

² - A Partir do 1515 deixa de haver escritos de tabeliães ou escrivãos na Galiza em galego. Desde 1480 havia que ser titulado pola escola de Toledo. Ainda que a disposiçom referente a escola de Toledo se retrotraí a 1480 na Galiza isso apenas tivera ainda virtualidade. (A Audiência também começa a trabalhar no 1480); entorno ao 1503-1505, reitera-se a disposiçom, e pode-se dizer que para 1515 estava desaparecido o galego da vida civil da que faziam reflexo os notários, e da vida administrativa, que fora dos escritos da corte, era basicamente judiciária e notarial.

³ - Ainda nos começos do século XX, o número de empregados públicos na Galiza – galegos – era praticamente desprezável, e estes só se notavam nos postos mais baixos na escada social destes empregados, e ainda assim em número ridículo.

⁵ - Esta em realidade começara em 1487 ano do assassinato (execussom) do Mariscal Pardo de Cela em Mondonhedo.

⁶ - Há um caso muito parelho ao galego de substituiçom da igreja local, por outra importada, é o que se produz no Roselhom, trás a sua incorporaçom a França polo tratado dos Pirinéus. E temos o caso contrário, o do Galés, onde o facto da povoaçom nom se adscrever a Igreja de Inglaterra, e si ao Metodismo, este que adoptou a língua galesa funcionou como um elemento poderoso de vitalidade da mesma.

jungimos umha série de medidas económicas proteccionistas das produções monopolísticas castelhanas, e proibidora do livre comercio para os galegos, eis temos o panorama do início do período que acabou justamente usufruindo o nome de “Longa Noite de Pedra” que poeticamente Celso Emílio Ferreiro criara só para o franquismo.

As ideias e conceições dominantes som sempre as da classe dominante. Muitos dos problemas do galego, devem-se a que a classe dominante galega, nom é tal, É umha simples sucursal da espanhola (Central), e o comportamento que projecta reflecte isso. Fernão D.’Oliveira na sua gramática de 1526 faz mençom da situação da língua, e referindo-se ao esmorecimento (esmorecimento nom quer dizer que deixara de usar-se polo cento per cento) desta na Galiza, diz: Portugal tem corte, pois é ali onde se pulem e cocem as palavras. A Galiza perdeu a sua corte de aí o esmorecimento da língua na Galiza. O alto nível do galego medieval corresponde a umha sociedade plena e normal nos standards da época. Na Galiza há corte, há reis, há nobreza, há umha continua procura por parte dumha classe, de bens culturais, entre outros; eis a literatura que se fazia e que era para o consumo, basicamente, desta classe. Nom é por casualidade que em Compostela estejam sepultados alguns dos mais grandes reis galegos, e que ali muitos foram coroados. Mas umha classe dominante nom é simplesmente a existência de pessoas na escada social umhas por cima das outras, umhas mais abastadas e outras mais limitadas nos seus recursos e dependências, nom é isso simplesmente. Umha classe dominante é um mundo de concepções comuns aos indivíduos pertencentes a essa classe, um sentirem-se parceiros no seu jeito de viver, e um processo socializador comum aos seus membros; nom esqueçamos que o número de contactos e ligações que se produz entre os membros das classes dominantes e muito superior ao das dominadas⁷

Na Galiza o modelo dominador deixou de ser o dumha classe social própria e passou a ser o do funcionário ou do abade colonial, esses que si tinham um modelo de socialização comum, e passam a ser o modelo para os que ter podam umha ascensom social; os abastados, entendendo por ricos, aqueles que acedam a uns recursos superiores aos do seu entorno, e que normalmente partem de outra classe, *os novos-ricos*, ao fim e o cabo *a burguesia galega passou a ser umha burguesia de novos-ricos* e sen modelos socais próprios nos que olharem-se, colhem o modelo do aparato do poder, que é realmente o que sentem como dominante sobre eles e ao que temem, nom é casualidade que os grandes títulos da velha nobreza galega, estejam hoje em dia em Andaluzia e Madrid⁸. É impossível constituir um projecto galego, e impossível a recuperação do galego, se nom o encardíramos em elites dominantes, que *per se* som urbanas, se nom construímos um modelo de língua de qualidade e digno. Si o galego falado e simplesmente transmissor de informação e perde toda relevância a informação que faga referência a quem é o nosso interlocutor⁹ e resulta indiferente como use esse galego (pois em todo discurso falado há sempre os dous códigos).

O que temos na Galiza, nom é umha espécie de utopia ácrata e democrática como pode pensar o algum¹⁰, se nom que nos achamos ante umha grave crise do modelo da língua como um instrumento útil e necessário socialmente. Neste aspecto é

⁷ - Um empresário tem um círculo de conhecidos e amigos que as vezes anda no entorno das 200 pessoas; para um trabalhador, um obreiro este n.º raramente alcança a media dúzia

⁸ - Na Galiza levamos muito nacionalismo “proletário”, e “marxista de primeira”, mas incapaz de fazer umha leitura de classes do país e da sua história, sem tirar nunca os seus óculos muito afumados.

⁹ -8 -Status, cultura....

¹⁰ - M. Dobao, afiliado da CIG (Num artigo no jornal A Nosa Terra)

impressionante o *acratismo* e despreocupação com o idioma das novas elites políticas incluídas nom poucas vezes as ligadas ao nacionalismo, salvo meritórias excepções; isso faz tanto mal a língua como a política mais danada que se levar a cabo.

O SUCESSO DO GALEGO NA LONGA NOITE DE PEDRA

O êxito do galego, foi o de se converter durante todo esse período da longa noite de pedra, em a língua dum modo de vida, o tradicional, termo que nom se limita a abranger simplesmente a sociedade agrária rural, de facto para qualquer habitante na Galiza era-lhe impossível realizar unha vida plena e normal sen faze-lo em galego. Na década final do s. XIX dizia Murguía que resultava chocante atopar algum morador da cidade da Crunha, galego, que nom falara galego¹¹.

Em estudos demográficos feitos correlacionando vida tradicional e língua dá-nos para os anos 40 (período franquista) que o 96% da povoação vivia em galego.

A LIBERDADE DAS LÍNGUAS

As línguas nunca som umha escolha livre como tampouco é umha escolha livre a de podermos escolher os nossos pais; a liberdade é algo muito importante, mas vale para o que vale; um vem ao mundo num entorno numha cultura e numha língua, e isso marca a pessoa de forma indelével, a língua resulta-lhe um elemento necessário para poder-se relacionar com o entorno, para poder viver como pessoa. Na Galiza tradicional era imprescindível a utilização do galego para ter umha vida normal, era o elemento necessário por cima de qualquer outra cousa e isso era independente da valoraçom que da própria língua fizeram os seus utentes. Na CIG há muitos e muitas que pola nossa idade criamo-nos nas aldeias dos anos cinquenta/sessenta, e sabemos o objecto de burla e a pressom social que o entorno fazia a quem nom utilizar o galego¹².

O que fora o grande sucesso do galego para resistir, apesar de de romper os seus laços e permeabilidade com Portugal, e perder a existência dumha classe dominante galega, o modo de vida tradicional que abrangia a quase o cento per cento da população¹³ converteu-se com a sua crise, agora no grande problema.

¹¹ - Isso quer dizer viver em galego, nom que nom usara o castelhano quando estava em contextos que entendia requeriam essa língua, o problema nom está na “diglossia” (por certo só dos galego falantes “agora”, mas das pesquisas com pessoas de idade muito avançada vilega, das que faziam a sua vida no castelhano, constatava-se que na sua relaçom em situações “galegas” mudavam o código).

¹² - Isto é algo que desapareceu ao longo da década dos setenta.

¹³ -Desde o ponto de vista sociológico e mui interessante o tema da imigraçom e a língua. Os emigrantes raramente modificam pautas de conduta linguísticas salvo que na sociedade na que se instalem ocupem os papéis dominantes. Na Galiza sempre se destacou o papel da emigraçom, e só agora começam a fazer-se estudos que ponham de manifesto, que desde o século XV até praticamente mui recentemente, dentro dos elementos dirigentes, os imigrantes tiveram um papel dominante e maioritário (um estudo da CIG admom, mostrava que nas administrações públicas (todas) no ano 90 nos cargos relevantes e nos postos de funcionários de mais responsabilidade os nom natos na Galiza chegava até case o 40 % no conjunto, e nalguns casos e grupos ultrapassava a incrível cifra do 80%, nos postos baixos nunca se dava esta situaçom). V.g. Quando em 1776 a populaçom catalana de Alguer na Sardenha trás umha duríssima peste e reduzida a apenas 168 pessoas, e logo chegam muitos sardos a instalarem-se em Alguer, mas adoptam a língua catalana que era a da classe dominante. Os ingleses na Índia nunca alcançaram do 0.2 % mas a sua intervençom culturalmente marcou decisivamente pois desenhava os modelos dominantes. Os imigrantes som sempre pessoas que independentemente da sua origem integram-se com bastante rapidez (as vezes tardam 3 gerações quando som grupos mui compactos), nas sociedades que os acolhem, mas os

A sociedade galega toda foi socializada a médio da escola e dos média noutra língua. Os novos modos de vida, as novas tecnologias, enfrentam-nos a um mundo que nom existia em galego e que resulta totalmente novo e importa-se na voz de quem domina socialmente; por isso fazem dia a dia desnecessário o galego, que ademais, *de ser a velha língua extensa e útil* que dizia Castelao, pausou a ser um modelo encerrado no currunchu regional¹⁴.

O PROCESSO NORMALIZADOR

Desde o ponto de vista sociológico qualquer processo de recuperação, deve levar a naturalização do galego como língua urbana e do século XXI, deve passar por fazer da mesma a língua necessária para desenvolver na Galiza umha vida normal.

Isto nom está contra o castelhano, pois a vida normal na Galiza em galego, ademais de fazermos ser no mundo como somos, em nada vai supor mingua algunha ao castelhano, nem crise da identidade de Espanha, que deve ser plural, pois si ser espanhol tivera de ser identificado com o modelo da cultura castelhano o que se estaria e convertendo aos galegos e galegas de seu, em alóctones a esse projecto de Espanha.

A proposta que formula a CIG Administração Pública segue o modelo que com pequenas variantes tem-se mostrado como válido noutras latitudes, tanto do nosso estado como exteriores ao mesmo, parte do exame da realidade, e estabelece um sistema que converte de facto ao galego na língua da administração e do ensino, do viver da mesma, nom como elemento ritual como se poderia utilizar um latim, se nom como elemento vivo.

O modelo num vai contra ninguém, pois trata-se de gerar expectativas de progresso e de estímulo nos empregados e empregadas públicos¹⁵, e no professorado polo seu papel relevante nos processos de socialização de comportamentos e atitudes que põem de relevo todas as investigações feitas sobre o mesmo.

O modelo é aberto e progressivo pois para o seu êxito exige partir da realidade actual seja a que for, trás o correspondente exame, e gerando umhas condições e expectativas para que se poda produzir um progresso dentro do modelo naqueles aos que vai destinado.

Ainda que sabemos, o limitado do alcance que podia haver para a sua aplicação no momento actual, o mesmo foi pensado como umha intervenção integral na política linguística, de aí que cheios de boa vontade se comece por propor a reestruturação de toda a estrutura da política linguística na “Xunta”, para que isso polo menos seja labor de estudo de cara ao futuro.

imigrantes quando som os elementos dominadores rematam impregnando a toda a sociedade que os recebe.

¹⁴ - E como tal no modelo regional o castelhano funciona como elemento teito e modelo de correcção, incluso para os falantes mais “cultos”.

¹⁵ - Aqui e agora o rolo dos empregados públicos como modelo de pautas de comportamento e muito importante, de facto grande parte dos modelos das classes dominantes galegas procedem pura e simplesmente da administração.

PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA
NA XUNTA DA GALIZA

(de cara a implementar eficazmente a normalização linguística da Administración autonómica)

PARTE A)
**DE REFORMA DA ESTRUTURA POLITICO-ADMINISTRATIVA
 EN MATÉRIA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA**

1- CRIAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL DE POLÍTICA LINGUÍSTICA.

Organismo horizontal dependente directamente do Presidente da Junta

A capacidade de actuação em matéria de política linguística, tem que ter polas suas características duas vertentes, unha *de cara a sociedade* e outra interna *de cara a administración*, esta segunda de alcance horizontal, e a que esquematicamente se trata de apresentar aquí, de aí a proposta de dar-lhe o nível de Secretaria-Geral dependente do Presidente da Junta e com capacidade de acção em todas as conselharias e organismos.

Deve-se ter-se sempre claro que em política linguística os modelos de comportamento dos cargos de nível superior som decisivos e influentes nos modelos de todo o colectivo.

2- CRIAÇÃO EN CADA CONSELHARIA E/OU ORGANISMO, DEPENDENTE DIRECTAMENTE DO SECRETARIO GERAL DE POLÍTICA LINGUÍSTICA, E ADSCRITOS À SECRETARIA-GERAL OU CARGO EQUIVALENTE DA CONSELHARIA, DE UMHA VICE-SECRETARIA, OU POSTO QUE SE CONSIDERARE DE POLÍTICA LINGUÍSTICA (nível subdirector/a geral).

A política de normalização, com desenho de políticas linguísticas activas, devem implementar-se em cada unha das unidades administrativas, para garantir a máxima eficácia, em cada unidade, este novo órgão criado e um elemento fundamental de apoio e unha garantía de maior eficácia. Tem polo seu carácter horizontal capacidade de intervenção em todo tipo de actuações do organismo garantindo a máxima eficácia da política linguística.

3- NAS CONSELHARIAS DE EDUCAÇÃO E NA DE CULTURA O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA POLAS SUAS CARACTERÍSTICAS TERIA NÍVEL DE DIRECÇÃO GERAL.

O sistema educativo é um elemento fundamental e socializador de crescente importância de usos linguísticos e de modelos linguísticos, e o mesmo passa no que é o mundo da cultura e todas as actividades que lhe som conexas, de aí que nestas duas conselharias a organização da política linguística teria que se estruturar de jeito bastante mais complexo, garantindo a eficácia da política linguística, garantindo a formação do professorado, desenhando perfis linguísticos do mesmo, de jeito objectivo, de cara a cruzar estes dados com as realidades dos postos nas ofertas de trabalho e nos concursos, promoções, e enlaçar a eficácia no processos de normalização com efeitos no complemento específico e/ou o direito aos sexénios.

Independente da especialização pessoal do ensinante unha formação básica em língua galega é-lhe imprescindível como funcionários e funcionárias públicos submetidos a lei de normalização linguística e com relacionamento com os alunos

como alunos e como cidadãos, com os pais e demais membros da comunidade educativa, que têm o direito de serem atendidos em galego de jeito normal.

4- NA CONSELHARIA DE PRESIDENCIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA O/A RESPONSÁVEL DE POLÍTICA LINGÜÍSTICA TERIA ASSÍ MESMO CARGO DE DIRECTOR/A GERAL.

Esta Direcção Geral teria um papel decisivo em todo o que som as políticas de pessoal da Direcção Geral de Função Pública, -Seleção do pessoal, concursos, promoção, planificação de formação acaída aos postos de trabalho-. De esta Direcção Geral dependeria organicamente a EGAP¹⁶, e qualquer proposta em matéria de função pública haveria de contar com a sua participação.

PARTE B)
**DE ANÁLISE DA REALIDADE LINGÜÍSTICA DA ADMINISTRAÇÃO
DE CARA A IMPLEMENTAÇÃO DUMA POLÍTICA EFICAZ**

1- ESTUDO PARA O ESTABELECIMENTO DE CAL É A REALIDADE DE PARTIDA DA SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA DENTRO DOS EMPREGADOS E EMPREGADAS DA COMUNIDADE AUTÓNOMA GALEGA.

Nom se pode partir como é óbvio de cal seja o nível de certificados e habilitações lingüísticas, que tenham estes empregados e empregadas/os públicos, e dizer devemos começar sen apriorismos enfrentando-nos a realidade tal como é; o estudo baseara-se em dous modelos de análise distintos:

- a) Inquérito a totalidade dos empregados e empregadas da “Junta” da Galiza; e estabelecimento dum perfil lingüístico individual).**
- b) Observação de comportamentos e balanceamento estatística dumha mostra de unidades, e de funcionários/as em cenários distintos.**

Os resultados da segunda análise deveriam contrastar-se com os resultados do inquérito nessas mesmas unidades para procedermos a ter a visom mais exacta possível de cal é a realidade e prática lingüística dos empregados e empregadas públicos.

OBXECTIVOS

Trata-se de conhecer cal é a realidade da situação da língua galega na administração, e desenhar umha política lingüística acorde as distintas situações individuais de partida.

¹⁶ - A lei 3/83 de Normalização lingüística para nada se refere as competência que depois e por médio da estrutura orgânica da Conselharia de Educação se da a Direcção G. de Polt. Lingüística, e si cita como elemento normalizador na ordem interna no seu artículo 24 a EGAP, por coerência com o objectivo da lei e o papel da escola, esta deve depender directamente (como organismo autónomo) de Presidência e polo artg. 24 da Lei 3/83 do Director Geral com a responsabilidade de Política Lingüística em esta Conselharia

O modelo inclui dous procedimentos:

a) Inquérito anónimo.

Se alguém o quer contestar pondo o seu nome e posto, nom importa. A informaçom seria tratada de jeito anónimo garantindo-se a privacidade dos dados, ainda que mantendo a unidade dos inquéritos a nível de Delegaçom ou incluso de Serviço se fora possível para garantir que a hora do desenho da política linguística o conhecimento de partida seja o mais exacto possível, e de cara a facilitar o estabelecimento dum perfil linguístico de cada um dos empregados e empregadas públicos.

b) Estabelecimento dum perfil linguístico individual.

O Estabelecimento do perfil linguístico individual deve-se fazer separado no tempo do inquérito anónimo.

Há duas formas de estabelecer-se no perfil linguístico, que deve ter situações graduais intermédias:

- a) como resultado das respostas individuais e a coerência com o resultado do inquérito na unidade;
- b) por médio de um procedimento de avaliaçom.

O Perfil linguístico é em princípio nom exactamente homologável com a capacidade de utilizaçom dum galego de qualidade e válido nas práticas administrativas e laborais, adequado às necessidades do tipo de trabalho que se realize. É dizer em todos os empregados e empregadas deve haver um sistema de habilitaçom progressiva de adaptaçom linguística à tarefa que realiza, como é óbvio esse processo tem que ser distinto segundo a natureza e o tipo de trabalho que se desenvolve; mas independentemente da adaptaçom da habilitaçom linguística **técnica** segundo o tipo de trabalho, deve existir para todos e todas a possibilidade de alcançar as mais amplas metas que se desenhem no sistema.

**MODELO DE INQUÉRITO INDIVIDUAL SOBRE O USO DA LÍNGUA
GALEGA NA ADMINISTRAÇOM**

Unidade Administrativa:	Organismo:
Centro de Trabalho:	Centro de Ensino:
Conselharia:	
Serviço:	
Posto de Trabalho:	

Chefe Serviço:	Ch. Secçom:	Ch. Negociado: _____
Posto base A B C D E:		
Outras situações:		
LABORAL GRUPOS I CATG ___ II CATG ___ III CATG ___ IV CATG ___ V CATG ___		

DADOS REFERIDOS AO POSTO DE TRABALHO EM RELAÇÃO COM A LÍNGUA GALEGA

(responda-se si/nom)

A) FALADA

Tu com os demais

Cos companheiros/as: Sempre ___ As vezes ___ Raramente ___ Nunca ___ Para cousas serias ___ Para cousas graciosas ___ Reproduzindo a 3º ___ Com os superiores: Sempre ___ As vezes ___ Raramente ___ Nunca ___ Para cousas serias ___ Para cousas graciosas ___ Reproduzindo a 3º ___ Com o público: Sempre ___ As vezes ___ Raramente ___ Nunca ___ Para cousas serias ___ Para cousas graciosas ___ Reproduzindo a 3º ___
--

Os demais contigo

Companheiros/as comigo: Sempre ___ As vezes ___ Raramente ___ Nunca ___ Para cousas serias ___ Para cousas graciosas ___ Reproduzindo a 3º ___ Os superiores: Sempre ___ As vezes ___ Raramente ___ Nunca ___ Para cousas serias ___ Para cousas graciosas ___ Reproduzindo a 3º ___ O público: Sempre ___ As vezes ___ Raramente ___ Nunca ___ Para cousas serias ___ Para cousas graciosas ___ Reproduzindo a 3º ___

Porque uso o galego falado

Uso-o sempre, "é o meu" ___ Gosto do Galego ___ falo-o segundo o contexto ___ Só falo si me falam ___ Na admóm é obrigado ___ Nom falo nunca ___

Porque nom utilizo o galego falado

Nom o sei ___ O Chefe/a nom o fala ___ Sinto-me ridículo/a ___ Os companheiros/as nom o falam ___ É próprio de aldeia ___ O público que o fala e parvo ___ A gente que fala galego habitualmente, crés que sente vergonha para falá-lo ante a admom. Si ___ nom ___ Outras respostas: _____

B) ESCRITA

(pôr cruz no lugar sinalizado da resposta)

Privadamente

Sempre ___ As vezes ___ Raramente ___ Nunca ___

No posto de trabalho

Sempre ___ As vezes ___ Raramente ___ Nunca ___ É obrigado ___ Pouca cousa ___ Nom fazemos nada em galego ___
--

C) ENTORNO

Instalação no galego

Aprendim o galego de neno/a na: casa ___ escola ___ amigos/as ___ Nom aprendim o galego de neno/a: ___

Aprendim o galego de adulto: por mim mesmo/a ___ escola ___ polo entorno ___
Leio em galego: muito ___ pouco ___ nada ___ Só literatura administrativa ___
Nom uso o galego porque nom estou capacitado/a ___
Eu estou, mas os companheiros/as nom están ___
Nom podo fazer nada em galego ___
Nom som galego/a. ___ Só levo na Galiza: anos ___ meses ___

O meu galego

É mui de aldeia e cheio de palavras que já nom se usam ou diferentes: ___
E um galego pobre no que tenho que recorrer continuamente ao castelám: ___
Ainda que apreendim de pequeno:
agora nom o uso na casa: ____. Sim Uso-o: _____
Ao falar sinto-me observado/a e ridículo/a . si ___ nom ___
No galego sinto-me bem instalado si ___ nom ____.
O galego é umha língua de tanto prestígio como o castelám: si ___ nom ____.
Deveria ser de tanto prestígio: si ___ nom ____
porquê _____

No trabalho

Os chefes/as sempre usam o galego ___ raramente ___ nunca ___
Os/As ordenanças/limpadoras/es sempre usam o galego ___ raramente ___
nunca _____

Os empregados/as públicos devem legalmente conhecer o galego

Crés que a admóm. Procura que isso se cumpra: si ___ nom ___ um pouco ___
Os cursos que há de galego servem para isso: si ___ nom ___ um pouco ___

Fixeche cursos de galego

Iniciaçom ___ aperfeiçoamento ___ linguagem elementar ___ linguagem media ___
Melhorou o teu galego cós cursos: si ___ nom ___ um pouco ___
O teu curso era organizado pola Admom./Egap si ___ nom ___
Outro organismo/entidade _____ (pôr nome)

D) O GALEGO E ADMINISTRAÇOM

Que valor lhe das aos cursos

A gente faz cursos para:
melhorar o seu galego ___ ter pontos nos concursos ___ ambos ___
Conheces câmbios de atitudes sobre o galego depois dos cursos: si ___ nom ___
Crés que os cursos devem ser iguais de partida para os que sabem
galego e para os que nom: si ___ nom ___
porque _____
Que che parece o galego que se ensina nos cursos: bom ___ regular ___
Nom se parece ao que eu falo si ___ nom ___
porque _____

Como valorar o conhecimento e uso do galego nos empregados e empregadas públicos

Polo n.º de cursos que se fixerom si _____, pois é um dado objectivo, nom _____, por que nom significam muito acerca da realidade do conhecimento e uso polo empregado/a

Indica um médio mais objectivo de valorar os cursos

Combinando o conhecimento e prática cotiá com a formaçom. ____.

Comprovando o conhecimento falado e escrito a médio de probas objectivas _____

Comprovando cal é a realidade do empregado no posto de trabalho _____

Outra _____

B) ESTABELECIMENTO DUM PERFIL LINGUÍSTICO INDIVIDUAL

Umha vez processados os inquéritos e tendo umha radiografia da situaçom linguística das unidades administrativas, estabelecer no prazo mais imediato (dous meses) um perfil linguístico de cada um dos empregados e empregadas públicos de cara a fixar o ponto de inicio de um verdadeiro processo normalizador.

Modelo

Nome _____ Apelidos _____
 DNI _____ Corpo _____ nrp _____
 Data de nascimento _____ lugar de nascimento: localidade _____
 _____ Concelho _____ Província _____
 Centro de trabalho:
 Entidade de pertença:
 Posto de Trabalho:
 Endereço:

Formaçom académica

Título Centro

Formaçom em línguas

Língua português__ excelente____ bem____ regular____ mal____
 Língua____ excelente____ bem____ regular____ mal____
 Língua____ excelente____ bem____ regular____ mal____
 Língua____ excelente____ bem____ regular____ mal____
 Língua____ excelente____ bem____ regular____ mal____

CONHECIMENTO DE GALEGO (INSTALAÇOM)

<p> Apredim-no de pequeno: si _____ nom _____ Aprendim-no de adulto: si _____ nom _____ É a minha língua habitual si _____ nom _____ No Trabalho: si _____ nom _____ Na casa: si _____ nom _____ Com os amigos/as: si _____ nom _____ Leio em galego: muito _____ pouco _____ quase nada _____ nada _____ </p>

CONHECIMENTO DE GALEGO

<p> Fala: excelente _____ bem _____ regular _____ mal _____ incapaz _____ Escreve: excelente _____ bem _____ regular _____ mal _____ incapaz _____ </p>
--

FORMAÇOM EM GALEGO

<p> Na Escola: si _____ nom _____; No Bacharelato: si _____ nom _____ Na universidade: si _____ nom _____ Por min mesmo/a: si _____ nom _____ como _____ </p>

APRENDIZAGEM NA ADMINISTRAÇOM

<p> Cursos realizados si _____ nom _____ Iniciaçom ____, Aperfeiçoamento ____, Linguagem I ____ linguagem media ____ Outros (sinalar) _____ </p>
--

CURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

<p> Entidade _____ Curso/s _____ </p>

CONHECEMENTO PASIVO

<p> Nom falo, mas o meu entorno é galegofono: si _____ nom _____ Porque nom falas nesse entorno (explicar): _____ </p>

A CADA EMPREGADO PÚBLICO ADJUDICA-SE-LHE UM PERFIL DO 1 AO 8 SEGUNDO A SEGUINTE PROPOSTA

PERFIS LINGÜÍSTICOS DOS EMPREGADOS E EMPREGADAS PÚBLICOS

- 1- Conhecimento e uso de galego falado e escrito, mui aceitável; é a língua de intalaçom em todos os âmbitos do empregado/a.
- 2- Conhecimento e uso de galego falado e escrito, aceitável, é a língua de instalaçom do empregado/a.
- 3- Conhecimento e uso do galego falado, e menos do escrito, aceitável, é a língua de uso comum do empregado/a em contexto espontâneo.
- 4- Conhecimento regular do galego falado, e algo mais do escrito, quase aceitável, é a língua administrativa do empregado/a, e de uso segundo o interlocutor.
- 5- Conhecimento de galego falado passivo e uso do escrito, pouco aceitável, é a língua que se usa por imperativo legal as vezes.
- 6- Conhecimento de galego de jeito passivo, mas nom se usa.
- 7- Desconhecimento do galego falado e compreensom do escrito
- 8- Desconhecimento do galego falado e escrito.

A CADA POSTO DE TRABALHO ADJUDICA-SE-LHE UM PERFIL DO 1 AO 5 SEGUNDO A SEGUINTE PROPOSTA

PERFIS LINGÜÍSTICOS DOS POSTOS DAS RPTs

(E Correlaçom com os Perfis Individuais)

- 5- O Conhecimento que se requer do galego é a nível de entender texto escrito (7,6)
- 4- O Empregado/a deve entender a língua escrita e ser capaz de usa-la por escrito(5,4)
- 3- O empregado/a escreve em galego e fala sem muita soltura (4,3)
- 2- O empregado escreve e fala um galego aceitável (3,2)
- 1- O empregado escreve e fala de jeito normal e correcto (2,1)

(entre parêntese, a correlaçom dos perfis dos postos com os perfis dos empregados/as)

Os postos a medida que vai o processo avançando vam melhorando (v.g. cada 2 ou 3 anos revisa-se o perfil a alça* (si a cousa funciona e é normal) o seu perfil galego, isto tem efeitos em promoções, concursos, redistribuiçom de efectivos ou regulações dos mesmos. etc. Favorecendo o processo de normalizaçom da nossa administraçom. Nos perfis dos postos dirigentes, em princípio deverá ser o perfil máximos por o seu carácter exemplificante, os casos excepcionais deveram ser contados e informados favoravelmente polos responsáveis de normalizaçom ao nível máximo da unidade.

B) OBSERVAÇOM DO COMPORTAMENTO E TABULAÇOM ESTATÍSTICA DUMHA MOSTRA DE UNIDADES, E DE EMPREGADOS E EMPREGADAS/AS PUBLICOS/AS EN DISTINTOS CENÁRIOS.

Umha vez processados os dados do inquérito inicial e correlacionadas as unidades com os perfis que resultam da declaraçom individual procede-se a análise por observaçom. Dentro das unidades da “Junta” tiraremos umhas para a mostra, nas que

resultem do inquérito formas mais extremas, e unidade medias, assim como em distintos âmbitos geográficos.

Nas unidades de análise devem dar-se as distintas situações possíveis, com e sen público e diversidade de tarefas.

Fará-se tamém observaçom em lugares neutros das unidades administrativas, v.g. Corredores, cafeteiras, cafetarias...

Esta análise necessita a colaboraçom de algum membro de essas unidades (ou das próximas) treinado, ou enviar os observadores/as (esta forma é melhor) às mesmas com as mais diversas escusas. Os observadores nom podem em nengum caso intervir na realidade observada nem modificá-la. (nem saber os observados quem som os observadores, deveram-se utilizar nas mesmas unidades vários observadores diferentes, para evitar sesgos do observador).

O tipo de análise por observaçom é basicamente da língua de uso falada (*que é a que resulta verdadeiramente relevante do patrom linguístico dos sujeitos*). Quando se fala, por quem e com quem e com que frequência... assim como os distintos padrões que se podem dar.

A análise deve ser efectuada em dias alternos, e em períodos de tempo ao longo do dia. Os observadores iriam cobrindo a tabela de contagem que se lhe entregaria.

Esta análise pom no seu valor o resultado dos inquéritos e permite corroborar as Desvios que se podem produzir nos mesmos, pois ao ser o tema da língua muito pessoal quem contesta tende com demasiada frequência a fazer declarações de vontade ou de desejo, ou do que se deveria, ser deter-se nos dados frios.

A REFORMA DO SISTEMA DE HABILITAÇÕES NA LÍNGUA GALEGA DOS EMPREGADOS E EMPREGADAS/AS PÚBLICOS

Como resultado das distintas análises, temos que ter logo a implementaçom dum sistema de habilitaçom linguística que realmente responda as necessidades e objectivos da política linguística. Nele estabelecera-se um sistema de formaçom que tem que ter em conta a realidade de partida dos distintos destinatários e o esforço que logicamente se requer.

Situações de partida

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1- Conhecimento e uso de galego falado e escrito, muito aceitável, é a língua de instalaçom em todos os âmbitos do empregado/a.2- Conhecimento e uso de galego falado e escrito, aceitável, é a língua de instalaçom do empregado/a.3- Conhecimento e uso do galego falado, e menos do escrito, aceitável, é a língua de uso comum do empregado/a em contexto espontâneo.4- Conhecimento regular do galego falado, e algo mais do escrito, quase aceitável, é a língua administrativa do empregado/a, e de uso segundo o interlocutor.5- Conhecimento de galego falado passivo e uso do escrito, pouco aceitável, é a língua que se usa por imperativo legal as vezes.6- Conhecimento de galego de jeito passivo, mas nom se usa.7- Desconhecimento do galego falado e compreensom do escrito8- Desconhecimento do galego falado e escrito. |
|--|

DESENHO DE CURSOS FORMATIVOS

(Para o início do curso imediato superior deve-se superar um umbral mínimo, falado é escrito)

iniciação 1 (para situações 8,7) (80 horas)
iniciação 2 (para situações 8.7.6.) (50 horas)
iniciação 3 (para situações 8.7.6.5.4) (40 horas)

Intermédio 1 (para os que superaram os anteriores e os que estão nas situações 4.3, si superarem o umbral mínimo) (40 horas)
Intermédio 2 (para situações 4, 3, 2) (40 horas)

Superior 1 (para situações 2.1) (60 horas)
Superior 2 para professorado, opcional resto (60 horas)

Galego específico 1 (para situações 6.5.4.3) (40 horas)
Galego específico 2 (para situações 4.3.2.1) (40 horas)
Galego específico 3 (para situações 3.2.1) (40 horas)

Os cursos de galego específico seriam diversos, adaptados as necessidades específicas do ramo do trabalho (sanitários: galego específico 1,2,3. Professores/as: galego específico 1,2,3....etc. É dizer estamos ante um galego científico de acordo com as necessidades específicas dos distintos grupos e colectivos, e o seu nível de necessidade).

Neste âmbito podem-se desenhar tantos programas como necessidades normalizadoras se detectam.

Nom se pode tratar de partida a situação a respeito da língua igual para todas as pessoas (como se faz actualmente) isso é desmotivador, e desvalorizador da situação de todos os galegos e galegas na Galiza; cada um parte da situação que estabeleceu o seu perfil.

Ter em conta a realidade de partida dos funcionários/as supom umha verdadeira valoração da mesma. Tratar igualmente situações desiguais, é umha barbaridade nom se podem tratar igual, noutro caso o que se está e pondo obstáculos na auto-estima dos/as falantes galegos/as, que nom vem nada reconhecida a sua situação. Como os postos de trabalho tenhem efeito no complemento de destino e no específico (Ao ter os postos que figuram na RPT um nível de formação) o resultado deste processo está estimulando continuamente ao empregado a melhorar a sua habilitação linguística.

O ENSINO

NO CASO DO ENSINO, pola importância socializadora do mesmo, este aspecto deve-se tratar com especial cuidado, e dizer todos os cargos que levam responsabilidade, chefatura de departamento, tutórias, equipas directivas... devem levar melhoras retributivas e ter um perfil linguístico exigente. Logicamente quem nom tem o perfil que corresponder a sua função educativa (matéria a ensinar em galego etc., ao nom poder dá-la entraria automaticamente num professo de reassignação de efectivos com um prazo mínimo de dous anos para aceder ao seu perfil linguístico mínimo (Da correlação entre as ensinanzas nesta matéria citada antes, conclui-se, que um pode adquirir o nível por médios pessoais, acreditando sempre o nível mínimo de acesso ao umbral superior).

Outra via seria a da famosa criação do corpo único do professorado com diversidade de escalas no mesmo, e com complementos com níveis entre 20 (básico do grupo A) e o 26 (ou 28B), e (os sexénios que se centrariam em valorar duas cousas o progresso no perfil e na atitude pedagógica), ligados ao avanço profissional e no perfil linguístico, este perfil seria elemento básico dos processos de reassignação e regulação de efectivos.

Os responsáveis de normalização por suposto, cada tempo a fixar por eles, e em unidades (centros) seleccionadas por representativas, faram as devidas análises para correlacionar os progressos no perfil individual e o entorno laboral, para tomar as medidas correctoras adequadas.

Independentemente de isso, de início garantiram-se em todos os núcleos importantes e com vários centros a existência de um donde o galego fora a língua normal e veicular de todas as matérias, com a excepção dos idiomas, e onde o acesso do professorado a estes centros já veria de origem limitado com a pose dum perfil individual alto¹⁷₁₆.

O mesmo passaria com o perfil do professorado para escolas infantil é primária de língua veicular galego para garantir os direitos linguísticos que legalmente tenhem os nenos e nenas.

NÓTULA SOBRE OS CURSOS FORMATIVOS EM LÍNGUA

Os cursos em vez de fazei-los concentrados e em relativamente um período de tempo curto (um mês ou menos como se produz com frequência), faram-se ao longo de vários meses (seis meses aproximadamente) com poucas horas semanais (3 horas aproximadamente), na aprendizagem das línguas ademais de contar o número de horas conta tamém o tempo no que os saberes vam colhendo pouso e decantando-se.

É inseparável o avanço na escrita do avanço na fala, o demais e tratar ao galego como um latim, e ademais acentuar no galego a construção dum modelo de língua linguisticamente aberrante, paralelo do castelám e dialectizador de este.

Os cursos haveria que desenhá-los para que se podam se realizar nos lugares de trabalho de 7:45 a 9:00 da manhã. (com o que haveria tamém um menor impacto no trabalho).

NÓTULA SOBRE O SISTEMA DE HABILITAÇÕES

Deve-se desenhar um sistema de habilitações que estimule, o estudo (*que é o objectivo do modelo proposto*) e que a aprendizagem se inscreva finalmente dentro do sistema geral de ensinância (e dizer relacionar este tipo de ensinância continua com a ensinância regrada com um reconhecimento a gente que tem esses saberes, pois esses saberes tenhem valor em si próprio independentemente do modo de aquisição. Nos *cursos a partir de inciação 3 incluíram-se temas de história da língua, e a contextualização da nossa língua.*

No expediente de cada funcionário/a (ou laboral, ou estatutário) inscrevera-se o seu nível de habilitação, que se irá ligando aos postos de trabalho. Cada posto de

¹⁷ - Isto dá-se já (salvo na Galiza) em todas as comunidades nom castelhanas de Espanha, com processos normalizadores medianamente sérios.

trabalho deve ter umha ligação com o nível de formaçom (perfil), com o que nos concursos, oposições.... está-se estimulando o êxito e o interesse na formaçom.

Ligar o processo formativo aos postos de trabalho (e dizer as retribuições) é a melhor garantia (única) de êxito, noutro caso nom passa dum exercício de boa vontade.